



EDITORIAL

O direito à informação e os arquivos públicos ■

OS ARQUIVOS PÚBLICOS TÊM UM papel decisivo a desempenhar no direito à informação, um direito fundamental consagrado pelo Conselho da Europa, como devendo ser garantido por todos os governos democráticos. Neste sentido, os arquivos públicos devem assegurar o acesso dos cidadãos/ãs aos documentos necessários à compreensão da história de cada país. Para desempenharem esta função impõem-se algumas condições básicas. Começarei por enunciar a jusante a necessidade de legislação que garanta a *conservação* e o *destino* da documentação com interesse histórico, produzida pela administração pública e outras entidades. São vertentes inseparáveis do mesmo processo, pois conservar sem assegurar o destino definitivo é uma operação de elevado custo e de utilidade incerta.

Em Portugal é essa a situação criada pelo decreto-lei de 1988, que definiu a regulamentação da avaliação, eliminação e selecção da documentação de conservação permanente. Foi uma medida que limitou os estragos do tempo e de decisões aleatórias, estabelecendo regras claras. Ficou contudo adiada uma medida complementar, a obrigatoriedade de incorporar nos arquivos públicos a documentação de conservação permanente. O resultado está patente na dispersão da documentação da administração públi-

ca, já avaliada ou não, em inúmeros depósitos, localizados maioritariamente na área de Lisboa, e com particular incidência na sua zona nobre. O seu acesso está naturalmente vedado ao público. Nos depósitos do conjunto da administração pública encontra-se documentação que remonta nalguns casos ao século XVIII, embora o grosso date do século XIX e a todo o século XX, como o permite conhecer com rigor o *Diagnóstico aos arquivos da administração pública*, recentemente concluído. Portugal é o único país da União Europeia sem normas genéricas acerca das incorporações obrigatórias, situação finalmente em curso de resolução. Até agora, apenas estavam previstas incorporações obrigatórias a nível distrital. As consequências desta situação têm sido gravíssimas do ponto de vista do acesso. Com as novas instalações da Torre do Tombo, procedeu-se à incorporação de grandes corpos documentais referentes aos séculos XIX-XX, com frequência sob a pressão do espaço. Quilómetros de documentação entrada sem avaliação e selecção, sem guia de remessa minimamente identificadora, nem higienização prévia. Um peso enorme para uma instituição das mais carentes de meios na área da cultura e cujas funções não podem ser entendidas sob esta forma. Nem um simples monta-car-

gas tinha até há pouco tempo e apenas tem uma pequena câmara de expurgo. O caso do SNI é o exemplo mais gritante desta desordem, apenas no final deste ano, decorridos 5 anos, dará entrada de facto na Torre do Tombo, quando também estará disponível a documentação da Censura.¹

A responsabilidade na conservação e acesso do património documental tem de ser partilhada nas suas diferentes fases. É o que principia a ser compreendido no seio da administração pública. Actualmente as incorporações são precedidas de selecção externa sob a orientação técnica do IAN/TT, higienizadas e transportadas por conta da instituição detentora – que beneficia do espaço libertado no local de origem, um aluguer a menos com frequência –, e são acompanhadas de guias de remessa que permitem o acesso público a breve trecho. Fica ainda por fazer o tratamento arquivístico mais apurado da responsabilidade do IAN/TT, mas é desde logo possível o acesso. As normas genéricas que se aguardam, poderão garantir que os bons hábitos se generalizem e estabilizem. E, contribuir, juntamente com o diagnóstico, agora concluído, para a definição pela primeira vez de um plano arquivístico nacional.

Miriam Halpern Pereira
DIRECTORA DO IAN/TT

¹ Um retrato dramático dos limites da maioria dos núcleos, entrados sem organização, está patente no volume V do *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, referente aos séculos XIX e XX (concluído e a editar em 2004).

ADVIS – Boletim Informativo do Arquivo Distrital de Viseu ■

NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2000 “NASCE” o ADVIS – Boletim Informativo destinado a promover o conhecimento de documentos e, simultaneamente, apresentar algumas informações acerca dos serviços prestados, documentação recolhida e outros elementos considerados pertinentes para uma melhor divulgação e conhecimento do Arquivo Distrital de Viseu. As informações variam em consonância com as actividades desenvolvidas, mantendo-se inalterável a concepção inicial.

No que concerne à divulgação dos documentos, aconteceu alguma inovação. Numa primeira fase, reproduziram-se documentos e a correspondente transcrição.

A partir do número cinco, iniciámos uma breve incursão pelos diversos fundos que constituem o espólio documental do ADV. Desencadeada com os fundos notariais, sucederam-se os judiciais, paróquias, Governo Civil, monásticos, famílias, diocesanos, música e liturgia e, por fim, a colecção de pergaminhos. A metodologia manteve-se constante. Uma abordagem leve e diminuta caracteriza cada um deles, através de um pequeno historial da entidade produtora dos documentos, terminando com a informação da quantidade de unidades de instalação existentes e datas extremas. O texto é ilustrado com um documento.



Concílio de Calcedónia

De incorporação recente, a documentação do Commissariado para os Desalojados foi o tema do último boletim, no 2.º trimestre do corrente ano.

Em fase conclusiva está o próximo, o n.º 15. O ADVIS está no quarto ano de vida. Trimestralmente, é este o nosso veículo de informação, o elo que nos liga a todas às instituições que conosco privam, aos utilizadores que recorrem aos nossos serviços. A partir do número 10, está disponível na Internet, em formato PDF, em www.ad-viseu.com, podendo os números atrasados ser pedidos a este Arquivo. Mediante solicitação das instituições e cidadãos interessados, o seu envio será efectuado periodicamente.

Continuaremos empenhados na comunicação, divulgação e informação do acervo documental reunido, conservado e organizado. Esperamos continuar a merecer o interesse de quem lê o Boletim Informativo e despertar a curiosidade daqueles que ainda não tiveram acesso a ele. Com as suas sugestões e o nosso empenho, será possível solidificar o projecto que de todos depende – um maior reforço na defesa e difusão do património arquivístico.

Maria das Dores Almeida Henriques

DIRECTORA DO ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU

L I S B O A

Incorporações recentes ■

Incorporações recentemente efectuadas no Arquivo Distrital de Lisboa, dando continuidade a acervos já existentes:

Tribunal da Boa Hora

– 18182 processos: orfanológicos; 19302 processos cível antigo. Âmbito cronológico – 1841-1931.

Tribunal de Família e Menores da Comarca de Vila Franca de Xira

– 3404 processos orfanológicos – datas extremas: 1602-1983.

7.ª Conservatória do Registo Civil

Freguesias: Coração de Jesus; Encarnação; Mercês; S. José; S. Mamede. Datas extremas – 1870-1910.

10.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa

– Administração de Loures – livros de nascimentos, casamentos, óbitos e legitimações e perfilhações – 1889-1911.

– Administração de Olivais – livros de nascimentos, casamentos e óbitos – 1881-1886.

– 9.ª Conservatória Civil de Lisboa – livros de extractos de nascimentos, casamentos e óbitos – 1962-1978.

– Conservatória do Registo Civil de Arruda dos Vinhos – Registos paroquiais das freguesias: N.ª Sr.ª da Salvação (Arruda dos Vinhos); Arranhó;

Cardosas; S. Tiago dos Velhos. Datas extremas – 1903-1910.

Registo civil: livros de extractos de nascimentos, casamentos e óbitos – 1911-1978.

– Conservatória do Registo Civil de Loures – Registos paroquiais das freguesias: Apelação; Bucelas; Camarate; Fanhões; Frielas; Lousa; Odivelas; Póvoa de Santo Adrião; Sacavém; Sta. Iria de Azóia; Santo Antão do Tojal; S. João da Talha; S. Julião do Tojal; Unhos; Loures. Datas extremas – 1860-1912.

Registo civil: livros de extractos de nascimentos, casamentos e óbitos – 1911-1978. [T]

Insectos Bibliófagos ■

ARQUIVO MUNICIPAL DE LAGOA
Largo dos Combatentes
da Grande Guerra
8400-338 Lagoa | tel. 282 340 127
cml.arquivomlagoa@vizzavi.pt
2.ª a 6.ª feira das 10H15-12H15/
14H45-18H30

ENCONTRA-SE PATENTE AO PÚBLICO no Arquivo Municipal de Lagoa, até dia 12 de Dezembro, uma exposição intitulada “Insectos Bibliófagos”. Nesta mostra, para além de *placards* com imagens dos insectos e inúmeras explicações sobre os mesmos, os visitantes poderão ver os danos causados pelas distintas espécies em documentos patentes ao público.

Podem igualmente observar diversos exemplares de insectos ampliados em computador, através de uma lupa binocular, e navegar num programa informático sobre a salvaguarda do património documental. Com o objectivo de identificar as distintas espécies e dar a conhecer os seus hábitos esta exposição permite ajudar a saber detectá-los e saber actuar em cada caso para que não proliferem e se transformem em pragas, colocando em risco arquivos e bibliotecas que são um reservatório fundamental da nossa cultura. No âmbito desta exposição realizou-se no passado dia 3 de Outubro uma



conferência intitulada “Insectos bibliófagos: conservação preventiva em arquivos e bibliotecas”.

Bárbara Ribeiro

RESPONSÁVEL PELO ARQUIVO
MUNICIPAL DE LAGOA

Algumas acções para o controlo de pestes em arquivos ■

PARA UM CONTROLO EFECTIVO de pestes num arquivo são necessárias variadíssimas acções, de acordo com um Plano de Gestão Integrada de Pestes, plurianual, estabelecido de acordo com as realidades de cada instituição. Destacar-se-ão neste artigo duas dessas acções:

- Controlo das condições ambientais com a medição sistemática da temperatura e humidade relativa em salas de arquivo, casas fortes e salas de leitura. Presentemente, no IAN/TT faz-se este tipo de controlo em 23 locais diferentes. Efectivamente, para a erradicação de pestes é determinante o controlo da temperatura e da humidade relativa, e, caso estas não sejam as aconselháveis é necessário tomar decisões e medidas para que o passem a ser.
- Controlo de pestes através da colocação de armadilhas, em determina-



Stegobium paniceum

das épocas do ano, para a captura de insectos. A monitorização das armadilhas dará informação, nomeadamente, sobre o tipo de insecto(s), os seus pontos de entrada, o número de insectos e onde se instalaram.

Esta informação irá permitir a identificação das áreas-problema do programa de tratamento específico da espécie.

Os procedimentos neste tipo de controlo deverão, então, ser os seguintes:

- Seleccionar o tipo de armadilha para a espécie que se prevê ser a causa da infestação.
- Colocar as armadilhas nos locais assinalados no plano estabelecido.
- Registrar e quantificar, a intervalos regulares (mensais, quinzenais ou semanais) o número de insectos apanhados em cada armadilha, num quadro de monitorização previamente elaborado.

- Identificar (ou solicitar identificação) as espécies que foram apanhadas na área monitorizada.
- Identificar o tipo e o estágio de desenvolvimento de cada espécie que caiu na armadilha.
- As armadilhas deverão permanecer no mesmo local até que se confirme a inactividade das espécies.

Estas medidas acabadas de preconizar inserem-se no âmbito da chamada Conservação Preventiva.

Em casos em que ocorram situações de infestação deverá recorrer-se, apenas, e só, a métodos de erradicação não tóxicos.

No IAN/TT, para o presente ano, e, no que diz respeito ao controlo de pestes, estão distribuídas por toda a área ocupada da Casa Forte de Reservados cerca de 100 armadilhas, e, em salas do 3.º e 4.º Pisos 180 armadilhas.

Otília Santos

RESPONSÁVEL PELO LABORATÓRIO
DE PATOLOGIAS DO DOCUMENTO
GRÁFICO DO IAN/TT

O arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo ■

A ESCASSOS MESES DA DATA EM QUE se completarão 10 anos sobre a consulta pública dos arquivos da ex-PIDE/DGS – 25 de Abril de 2004 –, parece oportuno à laia de balanço, equacionar algumas questões relacionadas com a comunicabilidade, bem como, dados estatísticos referentes à consulta pública.

O arquivo da PIDE/DGS é constituído, pela documentação produzida pela própria PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado, e pela DGS – Direcção-Geral de Segurança, que lhe sucedeu, até à revolução de Abril de 1974, pela das polícias políticas que a antecederam, desde 1919, pela dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola e Moçambique, extintos em 1975, com a independência e ainda pela do Serviço de Coordenação e Extinção da PIDE/DGS e LP, extinto em 1991, abarcando um período cronológico de mais de meio século.

Sob o ponto de vista físico, esta documentação é composta por mais de seis milhões de fichas, 500 livros e 20.000 caixas repletas de processos.

Organizar, inventariar e produzir instrumentos de descrição documental (IDD's), para toda esta massa documental, é, como se poderá imaginar uma tarefa de “gigantes”. Já existem vários IDD's disponíveis no Serviço de Referência, entre os quais uma base de dados, com 20.300 registos de processos já disponibilizados para consulta.

O interesse, que a consulta pública deste fundo documental tem suscitado, é visível através do quadro que se apresenta. Antes porém, convirá referir, que o público se divide em:

- 1 – Os visados pela própria PIDE e seus familiares;
- 2 – Os investigadores.

Quanto ao interesse dos investigadores, podemos afirmar, pelo conhecimento que temos desta documentação, que a sua consulta é indispensável ao estudo

de diversas áreas científicas do século XX português, nomeadamente a história política, social, económica, das mentalidades, das religiões e ainda da sociologia e da antropologia entre outras.

ANOS	REQUISIÇÕES	FOTOCÓPIAS
1994 a)	1.146	b)
1995	1.276	b)
1996	3.022	b)
1997	3.903	b)
1998	3.254	b)
1999	5.198	b)
2000	6.088	b)
2001	4.287	14.108
2002	5.002	27.796

a) abriu ao público em 26 de Abril de 1994
b) não existem dados estatísticos

A estes valores, acresce ainda a emissão de 1716 certidões, relativas a contagem de tempo de prisão e/ou clandestinidade, no prosseguimento das funções determinadas pela Lei 20/97 e pelo Decreto-Regulamentar n.º 3/98.

Mas, a consulta pública deste arquivo não passa somente pelo seu tratamento físico – numeração, carimbagem e acondicionamento dos documentos, ou pela produção de IDD's.

A sua consulta passa também pela análise e expurgo, para o que, se têm de cruzar, o artigo n.º 3 da Lei 4/91, com o artigo n.º 17 do Decreto-Lei 16/93, em que: [...] *A consulta pública dos arquivos da extinta PIDE/DGS e Legião Portuguesa [...] é assegurada pelo IAN/TT a partir de 25 Abril de 1994. [...] Contudo o disposto não prejudica as disposições constitucionais e gerais do direito, respeitantes à protecção do direito ao bom nome e privacidade pessoal e familiar dos cidadãos...*

Dadas as circunstâncias especiais da sua comunicabilidade, o acesso não é imediato. Duas semanas para os pedidos de consulta feitos pelos próprios ou familiares. Variável para os investigadores: se se trata de processos registados na base de dados, a consulta é imediata; para os

que nunca foram requisitados, a espera será de 6 a 9 meses.

Todos os processos são sujeitos a expurgo, incluindo os solicitados pelos próprios. Todos se encontram “recheados” de “informações cruzadas”, relativas a dados pessoais relacionados com familiares ou amigos dos visados, informações estas, que nos interrogatórios a PIDE utilizava como arma de coacção sobre os interrogados.

No início de cada processo é colocada uma ou várias fichas de expurgo, pois há processos que têm tantos expurgos quantos os seus constituintes. Nessa ficha é registado o nome de quem requisi- ta, o que é expurgado e a razão de ser do expurgo, obedecendo a uma total transparência da metodologia adoptada. Ao longo destes quase 10 anos, têm-nos questionado sobre a idoneidade e confiança que os arquivistas e técnicos que tratam esta documentação merece.

A resposta é: os arquivistas e restantes técnicos não são juízes. Não têm que julgar. Tão pouco poderão sonegar qualquer informação que possa originar alteração de juízos de valor. Eis, porque o expurgo exige muita atenção e sobretudo muito bom senso, por parte de quem o executa. Até porque, em processos desta natureza não é fácil determinar a fronteira entre o público e o privado, assim como não é fácil delimitar os factos verdadeiros, dos factos forjados.

Contudo, aos arquivistas e restantes técnicos apenas lhes compete servir o cidadão, no sentido de facilitar o acesso à documentação, em igualdade de circunstâncias, no respeito pela legislação em vigor. Esta sim, poderá ser questionada, mas não é este o espaço para o fazer.

Maria de Lurdes Henriques

CHEFE DE DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO
E RELAÇÕES EXTERNAS

AQUISIÇÕES RECENTES

Espólio do Governo de Transição de Cabo Verde ■

FOI DOADO AO INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE do Tombo, a 20 de Junho de 2003, um pequeno espólio reunido pelo Sr. Vice-Almirante Almeida D'Eça, Alto-Comissário nomeado pelo Governo Português para liderar o processo de descolonização de Cabo Verde.

Teve lugar posteriormente a 1 de Agosto de 2003, uma pequena cerimónia alusiva à referida doação que contou com a presença da Direcção do IAN/TT e de elementos ligados ao Governo de Transição de Cabo Verde, o Sr. Vice-Almirante Almeida D'Eça Alto-Comissário; General Vasco Wilton Pereira – Ministro do Governo de Transição; Coronel José Manuel Vaz Barroco – Ministro do Governo de Transição; General Amilcar Fernandez Morgado – Chefe de Gabinete do Alto Comissário e Dr. Amaro da Luz (nacional de Cabo Verde) – Ministro do Governo de Transição.

Trata-se de um pequeno espólio constituído por documen-

tos com informação relativa ao processo da independência e actuação do Governo de Transição, nomeadamente: actas das reuniões e comunicados do Governo; legislação; eleição para a Assembleia Representativa do Povo de Cabo Verde; visita da Comissão de Descolonização da ONU a Cabo Verde; cerimónia da independência; intervenções do Alto-Comissário; o papel das Forças Armadas em Cabo Verde; artigos de imprensa; estatuto orgânico do Estado de Cabo Verde; estudos sobre a situação económica e financeira de Cabo Verde ao período da independência; textos das exposições feitas 25 anos mais tarde por elementos portugueses e cabo-verdianos, nos Estudos Gerais da Arrábida, em Outubro de 1998.

O espólio em causa reveste-se do maior interesse para os investigadores que porventura queiram escrever a história, referente àquele período. [T]

Arquivo do Conselho de Administração da Extinta Siderurgia Nacional ■

FOI ASSINADO, NO DIA 30 DE JUNHO, O CONTRATO DE DOAÇÃO do Arquivo da Siderurgia Nacional que, desde 1993, data da extinção da Empresa, ficou sob a responsabilidade da Empresa de Serviços S.A.

A Siderurgia Nacional, criada legalmente em Dezembro de 1954, iniciou as suas funções laborais em 1961, na fábrica de Paio Pires. O projecto de criação da Siderurgia Nacional foi entregue ao Grupo Champalimaud, devido aos interesses que este Grupo já detinha na indústrias extractiva e de maquinaria.

Trata-se de um espólio documental do maior interesse para a história da indústria portuguesa do séc. XX. [T]

Companhia das Lezírias ■

NO PASSADO MÊS DE JUNHO, FOI CELEBRADO, NO IAN/TT, um contrato de depósito do Arquivo Histórico da Companhia das Lezírias.

A Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado, sociedade capitalista, criada após o triunfo do Liberalismo em 1835, visava um sistema económico de aproveitamento das lezírias de forma integrada, pelo que veio a dominar vastas áreas agrícolas, anteriormente dispersas por vários Senhorios, entre os quais a casa do Infantado, a Casa das Rainhas e a Patriarcal. Dado tratar-se de uma grande empresa agrícola portuguesa, que desempenhou um papel pioneiro na agricultura do País, o Arquivo Histórico da Companhia das Lezírias é um conjunto documental bastante completo, de grande interesse para a investigação histórica relativa aos séculos XIX e XX. [T]

Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) ■

FOI INCORPORADO NO INSTITUTO dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, a 22 de Setembro de 2003, um pequeno acervo documental que constituía o denominado arquivo histórico do MADRP, que se encontrava em dois depósitos daquele Ministério: depósito da Calçada da Tapada e depósito da Praça do Comércio. O referido arquivo possui já um

inventário publicado em 2003 pela Secretaria-Geral do Ministério e é constituído por de alguns acervos provenientes de organismos extintos. Trata-se de fundos arquivísticos incompletos com um total de 254 metros cuja documentação é constituída por documentação proveniente do extinto Instituto de Reorganização Agrária (IRA), Instituto de Gestão e

Estruturação Fundiária (IGEF); Junta de Colonização Interna (JCI); documentação de Gabinetes dos Membros do Governo e da própria Secretaria-Geral.

A documentação agora incorporada é de extrema importância para os investigadores que se interessem pelo estudo de história económica contemporânea. [T]

Arquivo Histórico Parlamentar ■



DESDE MUITO CEDO A INSTITUIÇÃO parlamentar deu atenção ao seu arquivo, criando logo em 1821, através do seu regimento interno, uma secretaria dividida em duas secções: 1.^a destinada ao expediente das Cortes 2.^a destinada ao expediente das comissões.

A 17 de Setembro de 1821 é aprovado um regulamento provisório das Cortes, no qual se discrimina minuciosamente as atribuições de cada secção, bem como os documentos a arquivar.

Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa
ahp@ar.parlamento.pt
Tel. 21 391 95 21
Fax. 21 391 74 70

Palácio de São Bento, Paço do Rossio e Palácio de São Bento), tendo, durante toda a monarquia constitucional, existido arquivos diferentes para as duas câmaras. Com a viragem do século e implantação da República, é constituído um único arquivo para as duas câmaras, tendo essa solução sido mantida ao longo do século XX.

O Arquivo das Cortes foi sofrendo algumas vicissitudes próprias das mudanças de locais onde estiveram instaladas as duas câmaras (Convento das Necessidades, Terreiro do Paço, Paço do Rossio e Palácio de São Bento), tendo, durante toda a monarquia constituio-

Com o advento do Estado Novo, é também atribuída ao Arquivo a incumbência de fazer álbuns de fotografias relativas ao funcionamento da Assembleia.

O Arquivo Histórico Parlamentar, sediado no Palácio de São Bento, nas antigas instalações da Torre do Tombo, tem assim à sua guarda toda a documentação produzida e recebida pelas várias instituições parlamentares, de 1821 a 2002.

O seu acesso é público, possuindo o Arquivo uma sala de leitura aberta das 9H30 até ao encerramento dos trabalhos parlamentares para consulta presencial de documentação histórica e fotográfica. À sua disposição o leitor tem a base de dados de descrição arquivística, a base de dados de descrição de imagens, a base de dados Debates Parlamentares e ainda uma pequena biblioteca de referência.

Leonor Calvão Borges

RESPONSÁVEL PELO ARQUIVO
HISTÓRICO PARLAMENTAR

Guia Histórico das Ordens Religiosas em Portugal ■

TENDO POR OBJECTIVO A ELABORAÇÃO DE UM GUIA sobre a história das ordens religiosas em Portugal (desde as origens até, sensivelmente, ao Concílio de Trento), está a decorrer um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (no âmbito do POCTI-III Quadro Comunitário de Apoio) e que conta também, até à data, com os apoios da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Banco Comercial Português, da Portucel e das Câmaras Municipais de Évora, Santarém e Vila do Conde.

À semelhança do que já existe para a maioria dos países europeus, pretende-se criar um instrumento de trabalho que apresente um levantamento sistemático e forneça um ponto de situação sintético sobre o tema e os diversos aspectos com ele relacionados. Nesta perspectiva, a componente arquivística assume, naturalmente, uma grande

importância, procurando localizar e identificar os fundos documentais existentes nos arquivos portugueses e indicando os elementos de pesquisa disponíveis, bem como outros dados relevantes para o trabalho de arquivistas, de historiadores ou de técnicos de diversas áreas com responsabilidades na recuperação e valorização do património histórico e cultural.

A equipa de investigação é composta por Bernardo Vasconcelos e Sousa, Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, tendo por instituição de acolhimento o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. A publicação do Guia está prevista para o ano de 2004.

Bernardo Vasconcelos e Sousa
COORDENADOR DO PROJECTO

INFORMAÇÕES

Reunião Internacional ■

TEVE LUGAR EM ATENAS, NOS DIAS 5 E 6 DE JUNHO, MAIS UMA REUNIÃO semestral do EBNA (European Bureau of National Archivists), entidade que congrega os responsáveis máximos do sector de Arquivos dos Estados membros da União Europeia e países candidatos.

Portugal esteve representado pelo Prof. Doutor José Vicente Serrão, Subdirector-geral do IAN/TT. Foram objecto de discussão e decisão vários assuntos, entre os quais a nova edição do *Livro Preto* (v. *Arquivos Nacionais – Boletim*, n.º 3, Janeiro/Março 2003, p. 7), os projectos MINERVA e DLM, a directiva da UE sobre a reutilização e exploração comercial dos documentos do sector público, o Comité Consultivo sobre Bens Culturais europeus, a protecção dos arquivos contra acidentes e catástrofes naturais, e os desafios enfrentados pelo sector de Arquivos no contexto do alongamento da União.

Foi também discutida a articulação futura entre o EBNA e o EURBICA.

Dos assuntos abordados destaca-se a notícia de aprovação pelo Conselho da UE de uma resolução de 6 de Maio sobre os arquivos dos Estados membros.

A relevância desta resolução ressalta pelo facto de ser a primeira vez que o Conselho se pronuncia oficialmente sobre o sector de Arquivos, reconhecendo a sua importância. Na sua sequência está em constituição um grupo de peritos, com representação de todos os países. Reunirá pela primeira vez a 14 de Outubro próximo. [T]

Relações Internacionais ■

NO PASSADO DIA 24 DE JUNHO, TEVE LUGAR A VISITA DO DIRECTOR da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Dr. Pedro Correia do Lago. No decurso da sua vinda a Portugal, estabeleceu contactos com várias instituições culturais, entre as quais o IAN/TT.

No dia 11 de Julho, decorreu a visita da delegação do Instituto Boudhique de Phnom Penh, e da Société Asiatique de Paris, tendo como objectivo a realização do projecto de levantamento de fontes documentais sobre o Camboja, existentes no IAN/TT.

Ainda em Julho, no dia 24, teve lugar a visita de um grupo de especialistas em cartografia, da Universidade de Key, Japão, sob a orientação do Professor Shosuke Murai, com a finalidade de estudarem, em pormenor, o Atlas de Fernão Vaz Dourado. [T]

Os Arquivos Militares em debate ■

INSERIDA NA SÉRIE DE MESAS-REDONDAS QUE O IAN/TT tem vindo a promover sob o título genérico *Olhares cruzados entre historiadores e arquivistas*, decorreu, no dia 30 de Setembro, a Mesa-Redonda sobre *Os Arquivos Militares*.

A Instituição Militar é uma das mais antigas do País. As Forças Armadas participaram, influenciaram ou, no mínimo, assitiram a quase todos os grandes acontecimentos da História de Portugal. No entanto, será que os investigadores e a generalidade dos cidadãos sabem quais são e onde se encontram os seus arquivos?

O Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo con-

vidou um conjunto de investigadores e de responsáveis dos arquivos militares para debater estas e muitas outras questões, na referida Mesa-Redonda moderada por José Vicente Serrão (Subdirector do IAN/TT).

Participaram: António Ventura (Professor da Faculdade de Letras de Lisboa), Fernando Rosas (Professor da Universidade Nova de Lisboa), José Pedro Castanheira (Investigador e Jornalista), Aniceto Afonso (Director do Arquivo Histórico-Militar), Costa Gonçalves (Director do Arquivo Histórico da Força Aérea) e Leiria Pinto (Director da Biblioteca e Arquivo Central da Marinha). [T]

Protocolo ■

FOI CELEBRADO UM PROTOCOLO de cooperação técnica entre o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS 20). Visa, essencialmente, a troca de informação no que respeita a Arquivos do século XX incorporados no IAN/TT e a referente a Arquivos da Administração Pública e Particulares, colhida pelos investigadores do CEIS 20, no âmbito do Projecto Pró-Memória Portugal Vinte. [T]

Portarias de Gestão de Documentos ■

FORAM PUBLICADAS NO DIÁRIO da República – I Série –B as seguintes portarias de Gestão de Documentos:

- Portaria n.º 1185/2002 de 30 de Agosto – Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;
- Portaria n.º 725/2003 de 6 de Agosto – Instituto da Conservação da Natureza;
- Portaria n.º 763/2003 de 9 de Agosto – Secretaria Geral da Segurança Social e do Trabalho;
- Portaria n.º 879/2003 de 21 de Agosto – Secretaria Geral do Ministério das Finanças. [T]

AGENDA

Semana dos Arquivos de Língua Portuguesa ■

DURANTE A SEMANA DE 6 A 10 de Outubro de 2003, o IAN/TT promove e acolhe várias iniciativas que visam contribuir para a salvaguarda e a difusão do património arquivístico dos países de língua portuguesa.

Nos dias 6 e 7, no auditório, vai realizar-se um seminário intitulado “Património arquivístico nos países da CPLP: experiências e estratégias”, aberto ao público, sob inscrição. O seminário contará com a participação de representantes dos arquivos nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, além de arquivistas e outros especialistas portugueses e também brasileiros. Serão equacionadas as funções dos arquivos públicos de âmbito nacional e ainda de âmbito regional ou local, quanto à gestão integrada dos documentos da administração pública, a partir das

realidades dos diversos países. Apresentar-se-ão igualmente projectos e reflexões relacionados com o impacto da utilização de novas tecnologias nos arquivos. A última sessão do seminário incluirá uma conferência sobre o projecto da UNESCO “Rota do Escravo” e encerra com a apresentação do Projecto Resgate, pelo Brasil, e do

Projecto Reencontro, por Portugal. Nos dias 8 e 9 de Outubro, o IAN/TT promove o I Fórum dos Arquivos Nacionais da CPLP, com a presença de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A encerrar esta semana, no dia 10 de Outubro, o IAN/TT acolhe a VI Reunião

Anual da Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental (COLUSO) que congrega representantes brasileiros e portugueses de várias instituições detentoras de acervos documentais.



Visitas guiadas à Área Pública do IAN/TT ■

3 de Outubro, 7 de Setembro e 5 de Dezembro, às 15H00. Duração: 1H | Início: Portaria principal. N.º máx. 30 pessoas. É possível marcação prévia.

Sessão de Informação Pública ■

PARA FACILITAR O ACESSO dos leitores à documentação existente no IAN/TT, a Divisão de Comunicação e Relações Externas vai realizar uma Sessão de Informação subordinada ao tema “Introdução ao Serviço de Referência”, no próximo dia 21 de Outubro, pelas 10h. Terá a duração de 1h30, o acesso é gratuito embora condicionado a inscrição prévia, com 48h de antecedência, no Serviço de Referência (tel. 217 811 500 – ext. 14223, Email: dc@iantt.pt). Objectivo: Mediante uma informação dos diferentes tipos de Instrumentos de Descrição Documental (IDD) disponíveis no Serviço de Referência, contribuir para uma maior autonomia dos leitores.

Bolsas de Investigação ■

DE 1 DE OUTUBRO A 31 de Dezembro de 2003, estão abertas as candidaturas a Bolsas de Investigação no IAN/TT. Destinam-se a investigadores oriundos dos Estados Unidos da América, no âmbito do Protocolo celebrado entre o IAN/TT e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Veja também o nosso boletim em www.iantt.pt